

**PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO E SOCIOECONÔMICO DAS COMUNIDADES
REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS:**

considerações iniciais¹

Karylleila dos Santos Andrade*
Francisco Patrício Esteves**
Sibéria Salles Queiroz de Lima***

Resumo: Em 2003, o Governo Federal criou a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, recolocando a questão racial na agenda nacional e a importância de adoção de políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. Em 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola, cuja finalidade essencial é coordenar as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O Governo do Estado do Tocantins, através do Decreto n. 2.385, convocou a I Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial com o objetivo de propor as diretrizes de fundamentação de ações sobre o referido tema, analisar a realidade social, econômica, política e cultural das comunidades quilombolas e remanescentes de quilombolas do Estado e avaliar as ações e políticas públicas de promoção de igualdade racial nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. A proposta deste estudo é levantar o perfil sociolinguístico e socioeconômico de seis comunidades remanescentes de quilombolas do Tocantins: Morro de São João, município de Santa Rosa; Malhadinha e Córrego Fundo, município de Brejinho de Nazaré; Barra do Aroeira, município de Santa Tereza; Redenção, município de Natividade; e Lagoa da Pedra, município de Arraias.

Palavras-chave: Remanescentes de quilombolas; Tocantins, Sociolinguística; Socioeconômico.

Abstract: In 2003, the Government of Brazil created the SEPPIR (Special Government Department of Policy for Racial Equality Promotion) and founded the National Policy for Racial Equality Promotion, bringing up racial issue to the National agenda, and how important it is to state positive public policies in a democratic, non-centralized and transversal form. In 2004, it was created a program called Brazil Quilombola, which has as its main aim to coordinate government actions directed for the remaining population from quilombos, with emphasis in the civil society participation. The government of the state of Tocantins, through the Act number 2.385, called for the First State Conference for Racial Equality Promotion. This Conference intended to propose directions to fundament actions about this issue, analyze social, economical, cultural and political aspects of these quilombola communities in the state

¹ Este artigo é resultado da primeira etapa do projeto intitulado *Estudo sociolinguístico e socioeconômico das comunidades quilombolas do estado do Tocantins*, financiado pelo CNPq, processo 401584/2007-09, período de 15/07/2008 a 14/07/2009.

* Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo, professora dos cursos de Artes e Filosofia e da pós-graduação em Mestrado em Letras da Universidade Federal do Tocantins.

** Pos-graduando em História Social, professor do curso Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins.

*** Mestre em Educação pela UnB.

of Tocantins, and evaluate public actions and policies for promoting racial equality in municipal, state and federal spheres. This research purposes to rise up the sociolinguistic and socioeconomic profiles of six communities remaining from quilombolas in the state of Tocantins: Morro de São João in Santa Rosa; Malhadinha and Córrego Fundo in Brejinho de Nazaré; Barra do Aroeira in Santa Tereza; Redenção in Natividade; and Lagoa da Pedra in Arraias.

Key-words: Remaining population from quilombolas; Tocantins; Sociolinguistic; Socioeconomic

Introdução

O quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial. Reaparece no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo, na atualidade, importante dimensão na luta dos afrodescendentes.

O avanço do conhecimento histórico acerca dos quilombos e o desencadeamento do processo de organização das comunidades negras ensejaram que, quando da Constituição de 1988, fosse aprovado Dispositivo Constitucional Provisório – artigo 68 – determinando o reconhecimento da propriedade da terra ocupada pelos “remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Em 1988, ano da Assembléia Constituinte e ano em que se comemorava o centenário da Lei Áurea, foi marcado por um “boom” revisionista sobre a história da escravidão e de sua abolição no Brasil. Esse momento mostrou a relevância de se estudar, refletir, e pesquisar sobre as relações raciais e as condições sociais do negro brasileiro. Esses temas passaram a figurar na pauta dos debates públicos como nunca antes havia acontecido.

Naquele momento, foi aprovado o Dispositivo Constitucional Provisório, artigo 68, determinou o reconhecimento da propriedade da terra ocupada pelos “remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Foi nesse contexto que o artigo que atribui direitos territoriais às “comunidades remanescentes de quilombos” foi inserido sem maiores discussões na Carta Constituinte, ainda que tenha permanecido sem aplicação até 1995. Sete anos depois de promulgada a constituição, quando era comemorado o tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares, o

tema dos quilombos, da rebeldia negra e de sua herança, voltaria a ganhar impulso e começaria a produzir impactos sociais.

Segundo Arruti (2005, p. 28), o mapeamento e a comprovação das “comunidades remanescentes” mostraram que uma pequena parte das comunidades agrícolas afro-descendentes seria abrangida pela Constituição Federal, o que constituía uma flagrante injustiça social. Assim, procurou-se contornar essa realidade, não por meio da extensão da Lei, mas por meio da interpretação da categoria “quilombo”, que passou a designar toda e qualquer comunidade negra rural, com raízes africanas.

No Tocantins, embora o negro represente uma estrutura biológico-cultural importante na região, o enfoque do negro como tema de trabalhos e de discussões científicas começou com a publicação, em 2006, da obra *Sociabilidades Negras: comunidades Remanescentes, escravidão e cultura*. Essa obra é resultado de uma série de experiências iniciadas na construção do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro do Tocantins (Neab – TO), em 2001.

As discussões referentes à questão negra, no entanto, tornaram-se institucionais, no Estado, somente a partir de 2003, quando o Governo Federal criou a SEPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e Instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, recolocando a questão racial na agenda nacional e destacando a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Tocantins, por meio do Decreto n. 2.385, convocou a I Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial com a finalidade de propor diretrizes de fundamentação de ações sobre o referido tema, analisar a realidade social, econômica, política e cultural brasileira e avaliar as ações e políticas públicas de promoção de igualdade racial nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), ressaltando a priorização da política nacional de promoção da igualdade racial.

O Decreto n. 2.483, de 26 de julho de 2005, instituiu o Comitê Estadual Gestor do Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no Estado do Tocantins vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça com o objetivo de direcionar políticas públicas às Comunidades Quilombolas existentes no Estado. O primeiro passo dessa instituição foi reconhecer 15 comunidades remanescentes de quilombos: Barra de Aroeira, Baviera, Chapada de Natividade, Cocalinho, Córrego Fundo, Kalunga/Mimoso, Lagoa da Pedra, Lajinha, Malhadinha, Mumbuca, Prata, São Joaquim, São João, São José e Redenção.

1. Conceito de quilombo e “remanescentes” de quilombos ou quilombos “contemporâneos”

A palavra “quilombo” tem origem nos termos "kilombo" (kimbundo) ou "ochilombo" (umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos bantos que habitam a região de Angola, na África.

Originalmente, a palavra designava, apenas, um lugar de pouso utilizado por populações nômades ou em deslocamento. Com o tempo, passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, escravo e outros itens cobiçados pelos colonizadores. Foi no Brasil que o termo "quilombo" ganhou o sentido de comunidades autônomas de escravos fugitivos.

O quilombo é um conceito próprio dos africanos *bantus* que vem sendo modificado através dos séculos. Para Lopes (1987), a palavra significa acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido, ainda, em Angola como divisão administrativa. O quilombo se origina na tradição *mbunda* (Angola) através de organizações clânicas e suas linhagens chegam ao Brasil com portugueses.

O quilombo brasileiro é, sem dúvida, a cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos. A matriz de inspiração dos quilombos adveio de um longo processo de amadurecimento ocorrido na área cultural *bantu* nos séculos XVI e XVII, de instituições políticas e militares transétnicas, centralizadas e formadas por homens guerreiros cujos rituais iniciáticos tinham a função de unificar diferentes linhagens.

Analisando a problemática jurídica instaurada pela inclusão do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição Federal de 1988, Silva *apud* Brasileiro & Sampaio (1995/1996, p. 84) define as comunidades remanescentes de quilombos como

núcleos de resistência contemporâneos, onde o uso e a posse de suas terras se realizam numa simultaneidade de apropriação comum e privada dos seus territórios secularmente ocupados, onde desenvolvem práticas culturais, religiosas, de moradia e trabalho, se afirmam enquanto grupo a partir de fidelidade às suas próprias crenças e noções de regras jurídicas consuetudinariamente arraigadas”, atribuindo-lhes o papel de *grupo étnico* elemento fundamental formador do processo civilizador nacional.

A noção de “grupo étnico” foi incorporada ao cenário antropológico brasileiro a partir das formulações de Barth que define grupos étnicos como *categorias de adscrição e identificação* utilizadas pelos próprios atores sociais para classificar a si mesmos e aos outros, de acordo com uma identidade básica e mais geral, supostamente determinada por sua origem e formação.

Nessa linha de pensamento, Oliveira (2008) adverte que a permanência de elementos culturais de um passado longínquo não cumpre papel fundamental na classificação de um grupo como étnico, visto que “os elementos específicos de cultura – como costumes, rituais e valores comuns – podem sofrer grandes variações no tempo ou em decorrência de ajustes adaptativos a um meio ambiente diversificado”. O que importa, contudo, é a manutenção de uma mesma forma organizacional, a qual prescreve um padrão unificado de interação entre os membros e os não-membros daquele grupo.

O termo “remanescente” introduz um diferencial importante com relação ao outro uso do termo “quilombo”, presente na Constituição Brasileira de 1988. Para Arruti (2005, p. 81), o que está em questão não é mais as “reminiscências” de antigos quilombos, mas as “comunidades”, isto é, as organizações sociais, os grupos de pessoas que “estejam ocupando suas terras”, como determina o artigo 68 da CF/88.

Os grupos que são considerados hoje como remanescentes de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

Com o Decreto n. 4.887/2003, o governo federal procurou pôr “ordem na casa”, regulamentando o procedimento para “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos”. Conforme o artigo segundo,

“consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Ou seja, as comunidades devem se reconhecer enquanto remanescente e provar, perante a justiça, que possuem uma dada visão sobre o passado do lugar, o que implica afirmar que a resistência à escravidão deve estar ligada a um território. O direito a terra, portanto, passa a estar subordinado a uma dada visão étnica e cultural que legitima aquele direito.

Com o propósito de trabalhar a temática “Perfil sociolinguístico e socioeconômico das comunidades remanescentes de quilombolas do estado do Tocantins” é importante realizar uma análise sobre o processo de “influência” ou “crioulização” das línguas africanas e suas relações linguísticas e culturais com o português falado brasileiro.

2. Línguas africanas e o português falado brasileiro

O debate sobre a relação entre o português falado brasileiro e as línguas africanas tem atraído estudiosos desde o início do século XIX. Com pressuposições, afirmações e negações, esse debate foi desenvolvido em termos de “influência”, “crioulização²” e “semicrioulização”, geralmente indo das línguas africanas para o português, encarando as primeiras em relação à língua portuguesa.

No Brasil, a discussão sobre influência ou interferência das línguas africanas no português falado inicia-se com Nina Rodrigues, com a publicação de *Os africanos no Brasil*, produzido entre 1890 e 1905. Sua publicação, no entanto, acontece em 1932.

[...] não tem crédito a errônea suposição de que fosse quase nula a influência das línguas pretas no falar brasileiro, quando muito se limitando a legar ao português alguns africanos. Menos nessa riqueza de vocabulário do que nas construções sintáticas e modos de dizer, se deve buscar a origem de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole. (RODRIGUES citado por BONVINI, 2008)

Segundo Bonvini (2008, p. 16), no século XX o debate sofreu algumas discussões: passou-se do problema da “língua brasileira” para o da “língua portuguesa”. Após abandonar

² Entre as situações sócio-históricas, em que se formaram as línguas pidgins e crioulas, devemos destacar: as chamadas *plantations*, grandes empreendimentos coloniais agro-exportadores (sobretudo do açúcar) que empregavam largamente a mão-de-obra escrava; os entrepostos coloniais da costa africana e do sul e sudeste asiático; e os agrupamentos de escravos foragidos na América e na África, conhecidos como quilombos. Nesse contexto histórico, estabelece-se a situação sociolinguística prototípica para a emergência de uma língua crioula: um grupo de falantes adultos de várias línguas mutuamente ininteligíveis são postos em contato com uma língua de um grupo dominante que passa a ser utilizada em situações de comunicação emergencial. (Grifos nossos) LUCHESE, Dante, 2003)

a temática em torno da “influência africana” concentrou-se no da “crioulização”. Ainda no final desse século, sobretudo aqui no país, contestou-se a existência de um processo de crioulização, e elegeu-se duas opções: uma “deriva vinda da Europa” ou uma situação resultante do emprego da oralidade.

O texto de Renata Mendonça, publicado em 1933, intitulado *A influência africana no português do Brasil*, e o texto de Jacques Raimundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, apresentam um esboço sobre o percurso de origem banto ou sudanesa e dos grupos africanos que vieram para o Brasil; uma súpula da gramática e um inventário de vocábulos que os autores consideram de origem africana.

O que se deve avaliar dessas duas publicações é a conclusão que os autores apontam: parte das peculiaridades do português brasileiro PB se deve à influência das línguas africanas, sobretudo o quimbundo e o iorubá.

Nas décadas de 40 e 50, respectivamente, Melo³ (1946) e Silva Neto⁴ (1950) intencionam estudar a dita influência africana, mas, depois de reexaminarem a discussão, introduzem no debate o conceito de crioulização. Esse tema foi debatido em 1880, momento em que se procurou estabelecer uma classificação para o PB a partir de crioulos afro-portugueses, definindo-os como dialetos do português europeu.

Já Silva Elia (1979) citado por Bonvini (2008) afirma que, no Brasil, não houve crioulo, mas somente semi-crioulo. Ele apresenta a seguinte tese: este seria um estágio preparatório para aquele, ou seja, uma língua mista. O resultado dessa língua é uma simplificação da língua portuguesa.

Na década de 80, os norte-americanos G. Guy e J. Holme voltaram a discutir a crioulização do PB. O primeiro apresentou a hipótese, a partir da teoria variacionista, de que as diferenças existentes entre a variante do português brasileiro falado e o padrão não se devem a uma evolução linguística natural. O seu pensamento demonstra que houve um processo de crioulização que teria ocorrido no passado, o que, por conseguinte, teria deixado traços na língua de hoje.

O segundo teórico considera o PB como semi-crioulo. Em suas pesquisas, ele fez um estudo comparativo de expressões idiomáticas faladas por indivíduos de estrato social

³ BONVINI, Emílio in FIORIN e PETTER (2008) Em sua tese, Melo (1946) afirma que a presença africana no PB pode ser considerada como um processo natural de aceleração das tendências latentes da língua portuguesa. Silva Neto (1950) vai mais longe: no Brasil houve de fato falares africanos episódicos, crioulos e semi-crioulos. No seu dizer, eram tidos como uma deformação, ou melhor, uma simplificação. Para ele, os dialetos rurais atuais podem ser considerados como seus vestígios.

⁴ Ibid

baixo, que geralmente utilizam o português vernacular brasileiro PVB, com as línguas africanas e crioulas.

Em suas conclusões, eles afirmam a existência de um paralelismo entre as expressões do PB e o das línguas africanas. Os dois autores baseiam suas teses em dados sócio-históricos, mais exatamente demográficos. Cerca de 3,6 milhões de escravos foram absorvidos pelo Brasil. Em determinados períodos, a população afro-brasileira era maior do que a européia em certas regiões.

Naro citado por Bonvini (2008) contestou a tese da criouliização e da influência das línguas africanas no português do Brasil. Dois são os artigos nos quais ele apresentou suas hipóteses que são publicações de 1973 e 1978.

Nelas, ele aborda a realidade histórica dos *pidgins* “formados, de seu ponto de vista, a partir de uma simplificação pelos falantes adultos da língua base, com vistas a facilitar a comunicação com os falantes nativos.” (Naro citado por Bonvini, 2008, p. 18). Para ele, a reconstrução da origem do *pidgin* português teria servido de base para os crioulos portugueses. Na concepção do pesquisador, a formação do *pidgin* português se deu na Europa e os portugueses teriam o ensinamento aos falantes de línguas africanas. Daí, então, comprova-se o afastamento da hipótese de uma influência do substrato das línguas africanas na formação do *pidgin* português e dos crioulos que dele derivaram.

Para evidenciar suas hipóteses, Naro citado por Bonvini (2008) se baseia em argumentos extralinguísticos:

- preexistência de uma língua geral, que dificultou o desenvolvimento de um crioulo;
- a carência de mistura de diversas comunidades africanas de línguas diferentes.

A história confirma a presença majoritariamente do *iorubá* na Bahia e *banto* em outros Estados. Na perspectiva do autor, isso não poderia favorecer a criouliização.

Considerando ainda o termo *pidgin*⁵, Luchesi (2003) apresenta alguns fatores para a formação de uma língua nova. Assinala que a *língua de superstrato* é a língua do grupo dominante (geralmente, bastante minoritário), que em função do seu poder passa a ser adotada como veículo de comunicação verbal; chamada também de *língua lexificadora*, pois fornece o grosso do vocabulário constituinte da língua *pidgin* ou crioula que irá se formar na situação de contato. As *línguas de substrato* são conhecidas como línguas dos segmentos dominados,

⁵ As línguas *pidgins* e crioulas podem ser a língua da maioria da população em alguns países, como por exemplo: o tok pisin, em Papua-Nova Guiné; o crioulo francês do Haiti, no Caribe; e o crioulo caboverdiano, no Arquipélago de Cabo Verde, na África. Porém, as línguas crioulas são geralmente faladas por pequenos agrupamentos humanos que se mantiveram em situação de relativo isolamento.

geralmente majoritários em termos numéricos, pois podem fornecer os modelos para a estruturação gramatical das línguas *pidgins* e crioulas.

Para esclarecer o conceito de *pidgin*, o autor diz que esse conjunto de fatores pode levar ao surgimento de uma língua totalmente nova, distinta de todas as línguas que estiveram presentes na situação de contato em que essa nova língua se formou; sendo esta nova língua, inclusive, ininteligível para os falantes monolíngues das demais línguas.

Luchesi (2003) utiliza como exemplo uma *plantation* no Haiti colonial que eram grandes empreendimentos coloniais agro-exportadores (sobretudo do açúcar) que empregavam largamente a mão-de-obra escrava.

Esse tipo de situação sociolinguística pode desencadear o nascimento de uma língua crioula ou *pidgin*. O autor comenta que, neste caso, os escravos africanos passam a se comunicar em francês, ou melhor, no melhor que eles podem falar em francês.

Na verdade, eles utilizam um vocabulário bastante restrito de palavras francesas, muito modificadas foneticamente, com uma gramática nova, formada por uma síntese de suas gramáticas nativas, ou seja, das gramáticas de suas línguas africanas. Essa língua, que não é língua materna de nenhum dos seus falantes, é definida como uma língua *pidgin*. Quando as crianças que nascem nessa situação de contato - os filhos dos escravos africanos nascidos na América - adotam o *pidgin* como sua língua materna, surge a língua *crioula*. (grifos nossos) (LUCHESE, 2003)

Fernando Tarallo (1986) confirma a pouca probabilidade referente à hipótese da crioulação. Para o autor, caso a origem do PB fosse resultado de um crioulo de base portuguesa, ele ainda deveria estar situado na fase da descrioulação⁶, ou seja, seguindo em direção à língua-alvo, o português europeu. O que de fato não ocorreu, pois, segundo o estudioso, as mudanças ocorridas no PB caminham em direção a um distanciamento dessa língua-alvo. Sua afirmação se vale quando percebemos as diferenças entre as gramáticas do PB falado e a norma padrão. Entre os linguistas brasileiros, o texto de Tarallo não recebeu nenhuma crítica, apenas uma resposta corroborativa às suas idéias por parte de Naro e Scherre (1993).

Naro e Scherre (1993) defendem que o português popular do Brasil resulta do que eles denominam de “convergência de causas”:

⁶ Muitos dos crioulos que se formaram no sul da Ásia já desapareceram ou estão em vias de extinção. E mesmo os crioulos que ainda se mantêm em uso estão sendo progressivamente influenciados por sua língua-alvo, num processo conhecido como *descrioulação*. (LUCHESE, Dante,

- reconhecem a participação de aloglotas, mas afirmam que não chegou a constituir uma língua mista de português e de línguas indígenas ou africanas, de modo a justificar a existência de um *pidgin* ou crioulo;
- suspeitam, no entanto, que a “pidgnização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia (tanto no caso da ‘língua de preto’ da Europa e, provavelmente, das línguas gerais tupi e africanas), tenha influenciado no desenvolvimento do português brasileiro”;
- sublinham como sendo mais significativo que o “impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos.

Essas afirmações são reiteradas numa recente publicação dos autores, considerando resultados de pesquisa sobre a variação de número na concordância nominal no Brasil. O que podemos perceber é que esta discussão está longe de ser concluída. Muitos estudos, ainda, precisam ser realizados para se chegar a conclusões quanto ao português falado no Brasil, pois o que temos até o momento são hipóteses, ora aceitas ora modificadas e rejeitadas.

3. Do estruturalismo à sociolinguística variacionista: um pouco de história

É a partir dos estudos de Willian Labov, com base na mudança em progresso no inglês de Martha’s Vineyard, em 1963, e da cidade de Nova York, em 1966, que o termo sociolinguística ganha um *status* diferenciado na comunidade acadêmica.

O primeiro estudo, a comunidade da ilha de Martha’s Vineyard, consistia em pesquisar sobre o papel decisivo dos fatores sociais na busca pela explicação da variedade linguística, ou melhor, da diversidade linguística observada. O segundo era sobre a estratificação social do inglês em Nova York.

O modelo apresentado por Labov, sociolinguística variacionista, divergia dos outros trabalhos sobre mudança. Antoine Meillet, na década de 20, considerava o contexto social na explicação da mudança. Martinet é outro estudioso que discorda da rígida análise saussureana com base na sincronia e na diacronia, quando fez suas análises estruturais de mudanças históricas.

Mas é Gauchat o precursor da abordagem sociolinguística, com o estudo da comunidade francófona suíça de Charmey. Esse trabalho se destaca dos demais por ser

considerado o primeiro a ter como objeto a mudança linguística em progresso. O pesquisador analisou a variação considerando seis traços fonológicos.

Ao relacionar seus estudos aos de Gauchat, Labov colocou em evidência um propósito da análise sociolinguística: rever a tese de que a mudança linguística não podia ser pesquisada diretamente, mas somente após ter sido concluída. Lucchesi destaca ainda que

o recurso utilizado por Labov para superar esse obstáculo foi o de procurar entrever a mudança em progresso na variação observada na língua num determinado momento, o que ele definiu como o estudo da mudança no tempo presente. (Grifos do autor) (LUCCHESI, 2004, p. 166)

Isso quer dizer que o estudo da mudança na análise sincrônica abria caminho para finalmente superar a dicotomia saussureana entre sincronia e diacronia.

Estavam abertos os caminhos para superar a visão estruturalista de que a análise linguística se restringia aos limites das relações internas ao sistema linguístico. A teoria sociolinguística reconhece que observar o encaixamento da mudança linguística é um dos primeiros passos para compreender o mecanismo da mudança, mas percebe, também, que esses fatores estruturais internos não são suficientes para estabelecer uma explicação para a mudança.

A análise sistematizada do aspecto social da mudança, por que não dizer da língua, acarreta uma revisão importante no que diz respeito ao modo de apreensão dos fatos linguísticos, bem como ao enquadramento teórico que norteia a análise desses fatos.

Uma visão acurada da mudança histórica torna-nos crescentemente céticos em relação ao valor das limitações sobre os tipos de dados que podem ser considerados; como, por exemplo, que o linguista explique os eventos linguísticos através de outros eventos linguísticos. Seria esperado que a aplicação da linguística estrutural aos problemas diacrônicos levasse a um enriquecimento dos dados, e não ao seu empobrecimento. (LABOV, 1972, citado por LUCCHESI, 2004, p. 186)

Labov acrescenta ainda que

Não se pode mais seriamente defender que o linguista deve limitar suas explicações da mudança às influências mútuas dos elementos linguísticos, definidos pela função cognitiva. Nem se pode argumentar em qualquer sentido sério que o sistema linguístico em mudança é autônomo. (LABOV, 1972, citado por LUCCHESI, 2004, p. 186).

Isso que dizer que não é mais possível completar uma análise das relações estruturais a partir de um sistema linguístico sem levar em consideração as relações externas. Assim, pode-se afirmar que a sociolinguística tem como objeto de estudo a língua falada, observada, descrita e analisada tendo em vista o seu contexto social.

Alkmim citado por Mussalin e Bentes (2001, p. 31) afirma que o seu ponto de partida é a comunidade linguística, um grupo de falantes que interatuam verbalmente e que compartilham de um conjunto de normas com relação aos usos linguísticos. Para não dizer uma comunidade de fala que se caracteriza não pela idéia de se formar por um grupo de pessoas que falam do mesmo modo, mas por falantes que se relacionam, se interagem, por meio de diversas redes comunicativas, e que norteiam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras. A condição normal da comunidade de fala é a heterogeneidade: podemos esperar encontrar uma larga gama de variantes, estilos, dialetos e linguagens usadas por seus membros. Essa heterogeneidade é parte integrante da economia linguística da comunidade, necessária para satisfazer as demandas linguísticas da vida cotidiana.

Os estudos sociolinguísticos evidenciaram que a mudança é quase sempre determinada pelas relações sociopolíticas e ideológicas de um grupo (relações de poder, prestígio, posição social, escolaridade, sexo, procedência etc.). Podemos concluir que esses estudos confirmam que a mudança não é fruto apenas da função do sistema linguístico, mas também uma função resultado da interação da estrutura interna da língua com o processo social em que ela se realiza.

4. A sociolinguística variacionista

Como se fala o português no Brasil? Não sabemos de fato. Temos poucas informações, algumas restritas ao círculo dos estudiosos da língua. Somos um país pluricultural e plurilíngue. Não é possível considerar que exista apenas uma forma de se falar o português brasileiro: “mais bonita e a mais prestigiada”. Sendo que as outras formas são erradas, feias etc.

A sociolinguística estuda os problemas da variação linguística e da norma culta. Para os estudos linguísticos não existe o certo e o errado, no entanto, socialmente, as coisas não parecem caminhar tão bem assim. O critério social se apega a fatos linguísticos, que por si só não são neutros, para impor preconceitos. Podemos citar o caso do “r” caipira, variante mineira. Do ponto de vista fonológico, não há nada de bom ou de ruim em usá-lo, mas se o falante for morar em Porto Alegre e tiver que trabalhar em uma agência de atendimento ao cliente naquela região, ele poderá ser alvo de preconceito, é o que denominamos de

preconceito social. Portanto, ensinar português nas escolas é uma forma, uma atitude de promoção social.

Toda e qualquer comunidade linguística possui diferentes formas de se falar a mesma coisa. Ou seja, há várias formas de se falar determinado enunciado. Isso quer dizer que não há um jeito mais bonito ou mais feio que outro. O multilinguismo brasileiro é uma realidade linguística, ainda que não seja assumido pelo Estado.

Índios e imigrantes (japoneses, italianos, libaneses, alemães e outros) são parte da nossa sociedade. Contudo, a história fez com que se tenha de lutar para que isso seja reconhecido. E é na escola, é no treinamento do uso da língua portuguesa, que essa realidade afronta uma ideologia dominante da homogeneidade. A língua portuguesa não é a língua de berço, não é a língua da família nessas situações. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 66)

Isto quer dizer que a nossa realidade linguística, por mais complexa e extensa que seja, não causa nenhum “perigo” para a nossa língua oficial.

Como já vimos qualquer língua falada por qualquer comunidade apresenta variações. Podemos afirmar que nenhuma língua pode ser considerada como uma entidade homogênea. Ou seja, toda e qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. O que denominamos de “língua portuguesa” engloba todos os diferentes modos de falar pelo conjunto de seus falantes do Brasil, em Portugal, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Timor Leste etc. Língua é mudança histórica, é evolução e as mudanças temporais são parte da história das línguas.

Alguns fatores sociais estão relacionados à diversidade linguística:

- identidade social do emissor ou falante;
- identidade social do receptor ou ouvinte;
- contexto social;
- julgamento social distinto que os falantes fazem do seu comportamento e do

outro.

No plano sincrônico, as variações estão ligadas a vários fatores: dentro de um mesmo grupo social, falantes de origem geográfica, de sexo ou de idades diferentes falam distintivamente.

De modo geral, de acordo com Alkmim citado por Mussalin e Bentes (2001, p. 34), as variedades linguísticas podem ser descritas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática).

a) Variação geográfica ou diatópica - refere-se às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico. Essas diferenças são observadas entre indivíduos de procedências geográficas distintas.

- Exemplos de diferenças fonéticas entre falantes brasileiros: Pronúncia de vogais médias pretônicas [m ε' l a d □] – falantes procedentes do nordeste pronunciam as vogais abertas. [m e' l a d □] – falantes procedentes do sudeste pronunciam as vogais fechadas.

- Na região do Tocantins, por exemplo, a origem urbana e rural pode ser evidenciada pelo uso da expressão “bem aqui”, em lugar de “aqui”.

b) Variação social ou diastrática – está relacionada a um conjunto de fatores que se referem à identidade dos falantes, bem como com a organização sociocultural da comunidade de fala. Alkmim citado por Mussalin e Bentes (2001, p.35) aponta os seguintes fatores relacionados às variações de natureza social:

- classe social;
- idade;
- sexo;
- situação ou contexto social.

Também chamamos as variações relacionadas ao contexto de **variações estilísticas ou registros**. Isto quer dizer que os indivíduos diversificam sua fala, usam **estilos** ou **registros**, conforme a situação de uso. Ao conversar com um amigo ou com um vizinho recém conhecido o falante procurará utilizar estilos distintos para cada situação, do mesmo modo como quando vai a uma consulta com um médico, ou quando escreve um bilhete para o filho e outro para o chefe.

Graças ao trabalho dos linguístas, já temos, no Brasil, o registro da existência de variações nas normas socialmente dominantes, resultado do PROJETO NURC – projeto de estudo da norma urbana culta. Esse projeto foi iniciado na década 70, em cinco capitais: São Paulo, Rio Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Recife. A meta do projeto é definir as normas que pressupõem de prestígio – falantes cultos.

5. Geografia e História das Comunidades

As comunidades visitadas explicam a sua sociedade começando a desdobrá-la em duas etapas: passado e presente. Há uma época distante que quase não alcança a biografia de qualquer membro vivo na comunidade. Este é o período que eles costumam chamar de “tempo antigo” - um período de passado mais recente de que participaram os membros mais velhos, misturando-se ao de suas vidas e sendo indispensável para qualquer referência presente. Ou seja, posterior há duas décadas após a abolição da escravidão até as primeiras políticas sociais implantadas pelo Governo Federal. Finalmente o “tempo novo” – um tempo definido como de “benefícios” em alusão às políticas públicas usufruídas dentro do programa “Brasil Quilombola”.

A seguir, apresentamos um esboço da situação atual de 5 (cinco) comunidades remanescentes de quilombolas localizadas na região sul do estado do Tocantins, foco de estudo deste trabalho.

Tabela 1 - Levantamento das comunidades quilombolas do estado do Tocantins⁷

Município	Comunidade	Famílias	Pop.	Casas	Situação detectada
Santa Rosa	São João Comunidade	60	270	60	Problemas fundiários, infra-estrutura habitacional precária, 40 casas de adobe, energia em todas as casas.
Natividade	Redenção	22	76	22	Problemas fundiários, infra-estrutura habitacional precária, 22 casas de adobe, não tem energia em todas as casas e não possui escola na comunidade.
Santa Tereza	Barra do Aroeira	57	356	48	Problemas fundiários, infra-estrutura habitacional precária, 20 casas de adobe, falta atendimento médico regular, energia em todas as casas da comunidade e poço artesiano com água salobra.
Arraias	Lagoa da Pedra	33	155	33	Problemas fundiários, infra-estruturar habitacional precária, casas de adobe, situação fundiária regularizada, energia em todas as casas e poço artesiano.
Brejinho de Nazaré	Malhadinha	60	300	60	Problemas fundiários, infra-estrutura habitacional precária, energia em todas as casas e água encanada.
Brejinho de Nazaré	Córrego Fundo	30	150	30	Problemas fundiários, infra-estrutura habitacional precária, energia em todas as casas e poço artesiano.

Como resultado das entrevistas, esboçamos também um mapeamento histórico das comunidades Morro de São João, Malhadinha, Córrego Fundo, Barra do Aroeira e Redenção.

6. Comunidade de Morro São João

Composta de 60 famílias e com um total de 270 pessoas, a comunidade está situada há 20 km do

⁷ Esses dados foram cedidos pela Diretoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria da Cidadania e Justiça, realizados no período de 2005-2006.



Ilustração 1- Morro de São João

município de Santa Rosa. Segundo relatos dos seus moradores, por volta de 1890, o padre Bernadinho, vindo de Goiás Velho para a Comarca de Natividade visitando as terras da igreja, trouxe consigo uma escrava chamada Pelônia com a qual mantinha um caso amoroso.

Dessa relação nasceu um filho chamado Vitor de Sena Ferreira. Na sua volta para Goiás o Padre cedeu parte das terras para o seu filho, que por sua vez casou-se e teve dez filhos. A maioria da população do Morro São João é descendente do Vitor Sena Ferreira.

A professora Ângela, uma das bisnetas do Vitor, conta a história da sua comunidade:

A comunidade foi formada por que aqui era uma fazenda do padre Bernadinho da comarca de Natividade... Então essas partes que eram partes das terras aí então é...ele... sendo uma parte da terra dele vinha de visita... a visitar toda as suas terras no qual ele residia em Goiás Velho... aí ele tinha essa terras aqui estão ele:: Vinha a visitar passava aqui visitava a terra e uma dessas visitas ele trouxe com ele uma camareira uma negra também chamada Pelônia e com ele com quem se deitava né ... para satisfazer os prazeres carnavais... aí então ela teve um filho com ele né... que foi o Vitor de Sena Ferreira aí então ele deu uma parte das terras para esse filho dele... foi reconhecido a parte da terra e foi essa comunidade aqui é ... porque Morro de São João porque logo aqui nas redondezas tem um morro, um morro que servia de cativo pra esconder negros ... e São João porque Ele era devoto de São João (Ângela Santana de Serra Nunes, entrevista concedida aos 20/02/2009).

7. Comunidade de Malhadinha

A Comunidade de Malhadinha está situada no município de Brejinho de Nazaré a aproximadamente 28 quilômetros do centro da cidade, mas possui também laços que a liga à Administração de Porto Nacional devido à ausência de uma definição clara quanto à divisa entre os dois municípios.

A comunidade está localizada na antiga “Fazenda Malhadinha” ladeada por serras

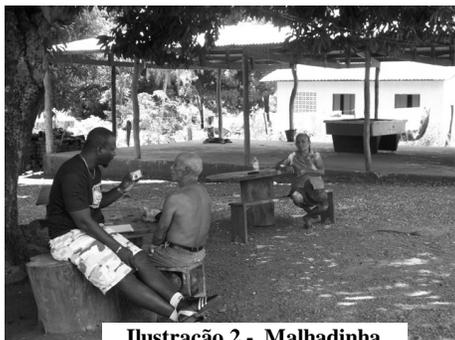


Ilustração 2 - Malhadinha

como do Pontal, que divide os municípios de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré, e por brejos denominados de “Brejo de Adobes” num trecho, e “Tolda” em outro trecho. Composta de 60 casas que albergam 60 famílias.

A origem do nome “Malhadinha” surgiu do

lugar onde se criava o gado solto. Era, na verdade, um lugar no qual o gado dormia “malhada do gado”. Os vaqueiros procurando o gado nas madrugadas já sabiam onde encontrar-lo: na

“malhada”. E assim ficou o nome Malhadinha enquanto que o verdadeiro nome é Fazenda São Felipe. Uma propriedade doada por um padre ao seu protegido Felício Dias, que por sua vez deixou a herança para as duas filhas, Apolônia e Leandra, que constituíram as famílias que predominam nessa comunidade: os Venceslence, os Araújo Dias e os Pinto Xavier. Esses últimos praticamente vieram “do outro lado”, alguns comentam que vieram da Bahia.

Questionado de que forma surgiu a comunidade de Malhadinha ou como chegou à população que hoje forma a comunidade, o Senhor Marcelino Ribeiro de Sousa, representante da comunidade responde:

Isso é que não sei entender. Por que quando eu me entendi ... o meu bisavô – Luizinho Venceslence e esposo da Leandra - nasceu aqui, o meu avô – Pedro Venceslence Souto, filho de Leandra e Luizinho e o meu pai também. Quando eu nasci em 1933 o meu avô morreu. O meu pai, José Ribeiro de Souza – neto da Leandra - morreu com 80 e poucos anos e eu estou com 75 anos. Isso começou a se chamar Malhadinha por que o pessoal que morava ali mais para fora diz que esse lugar tinha uma malhada e que o povo vinha buscar o gado. O gado se reunia naquele lugar e chamavam de malhada de gado. Ficou Malhadinha.

(entrevista concedida aos 15/02/2008)

O entrevistado, Senhor Marcelino Ribeiro de Souza, atualmente com 76 anos, é bisneto de uma das filhas do Felício Dias, a Leandra. Isso mostra que há gerações de membros dessa comunidade que por mais de 100 anos se dedicam às suas terras, criam gados e, ao mesmo tempo, servem de vaqueiros aos fazendeiros da região.

8. Comunidade Córrego Fundo

É uma comunidade que se formou a partir de migrações de vários camponeses negros vindos das fazendas situadas na região do município de Brejinho de Nazaré. Os primeiros moradores foram Germano Dias Furtado e sua esposa Eduarda Lopes Sampaio.



Ilustração 3 - Córrego Fundo

Eles chegaram à região por volta de 1938 vindo da Fazenda Cajueiro. Atualmente, a comunidade possui 30 famílias totalizando uma população de 150 pessoas. Um dos filhos do criador da comunidade tenta explicar a sua origem:

Naquele tempo o Senhor soube que tinha aqueles direitos deles sair :: Nas fazendas no mato vamu supô sair caçando ... entendeu vamu sair caçando ... aí eu pai pegou o distino eu vou sair daqui vou caçar outro lugar pra mim morar e lá dentro daquele Cajueiro aí meu pai andou::: Sabe ... nessas fazendas subiu esse corego arriba esse corego abaixo (...) no verão então ele viu que esse corego num secou ... então disse aqui então aqui é o ligar deu morar. (José Lopes Sampaio, entrevista concedida aos 29/02/2009).

9. Comunidade Barra de Aroeira

Entre 1865 e 1870, ocorreu a guerra do Paraguai, tropas de negros e escravos enfrentaram o desafio de transpor os limites de sua condição servil para lutar em uma guerra que, embora não lhes pertencessem, converteu-se para eles em mecanismo de conquista da liberdade.

Esses negros engajaram-se nos denominados “voluntários da pátria” ou recrutados pela Marinha e pelo Exército. A guerra revelou-se para os homens de condição escrava como uma possível brecha de negociação no seio da sociedade escravista do século XIX⁸.



Ilustração 4 – Barra do Aroeira

A comunidade da Barra de Aroeira faz parte dessa história dos ex-escravos que participaram da guerra do Paraguai e que receberam como gratificação a terra para sua subsistência. Hoje, a comunidade tem 356 pessoas divididas em 57 famílias.

Felix que foi pra guerra do Paraguaio... lutou prum direito né... ele lutou na guerra ajudou vencer a guerra do Paraguaio... e quando mandaram chamar ele pra ele escolher quê que ele queria, em pagamento ele foi aí que ele exigiu que queria um pedaço de chão pra ele morar... e... os filhos dele as pessoas dele né quanto fosse... vivo nenhuma pessoa ser dono e livre de abuso de fazendeiro abuso das outras pessoa né... aí Dom Pedro mandou que aquele tempo não era Tocantins era Goiás... aí ele veio e escolheu passou seis meses escolhendo essa área de chão ...escolheu os limites por terras e águas para nunca acabar e quando ele chegou aqui... foi um dia de

⁸ RODRIGUES. In: PIRES, António Liberac (org.), 2006.

domingo aí ele falou que o nome da fazenda dele era São Domingos... e também ele passou festejar este dia ... chegou no dia quatro de agosto.

10. Comunidade de Redenção

Redenção é um nome recente. A localidade era conhecida como “Fazenda Custódio” ou simplesmente “Custódio”, ou mesmo por “Gameleira”, utilizado por causa de um pé de gameleira, referência que indicava quando, em tempo de cheia, podia-se passar de um lado para o outro do Córrego Cocal, que corta a comunidade em sentido norte/sul.

Os moradores dividiram o povoado em três partes, como bairros: Gameleira, na entrada e à direita do córrego Cocal; em seguida, Manoel Carvalho e; do lado esquerdo do córrego, a Macabeira.



Ilustração 5 - Redenção

A comunidade é composta por 76 pessoas morando em 22 residências. Os chefes de família são, em geral, homens, com exceção de apenas três (03) nas quais as mulheres são consideradas como chefes de família: dois casos de viuvez e uma separação.

Indagado quanto à origem do nome Redenção um dos seus moradores, Balbino Borges Figueiredo, respondeu:

“[...] era Gameleira e depois é que botou Redenção porque cada quem tinha que botar um nome no seu. Aqui formou a Redenção por causa da comunidade, num é? Mas o nome daqui era Gameleira, depois ficou o povo da Gameleira e aí cada quem recebeu o seu lugar e aí cada quem botou o nome no seu lugar prá mode ter a diferença. Mas tudo é uma fazenda só: Fazenda Custódio”. (entrevista concedida aos 18/04/2009)

As terras do povoado pertenceram a Pantaleão Avelino Dias que, após sua morte, passaram a pertencer à viúva Anna e seus filhos. Os demais herdeiros, ou moram em terras do

entorno ou mudaram-se para o centro de Natividade. São inúmeros os parentes citados que moram no centro da cidade de Natividade. Para lá, foram em busca de melhores condições de vida, principalmente após a criação do Estado. Sendo esse um dos fatores responsáveis pelo inchaço populacional em Natividade.

Há casos como o de Felippa, uma das netas de Pantaleão, com marido e filhos que morava numa fazenda próxima como agregados e, há uns trinta ou quarenta anos, necessitaram utilizar a herança, segundo relato de Arnaldo, seu filho, e mudaram-se e construíram suas casas no lugar que é hoje Redenção:

“eles venderam as terras pruns paulistas e botou nós prá fora. Aí nós... o véio... o meu avô tinha uma área de terra aqui, umas terrinhas aqui, né? (...) Aí nós viemo praqui, prá essa área de terra, né? Aí ficou as coisas e nós não tivemos direito de nada na Jacubinha. O fazendero botô nós prá fora e nós não teve direito de nada” (entrevista concedida aos 18/04/2009).

A memória coletiva esquece o tempo dos antepassados mais remotos, mas lembram do tronco que deu origem à família que reside no local há, aproximadamente, 100 anos: Pantaleão Avelino Dias.

Deste primeiro proprietário vêm os grupos domésticos que moram no local e que, por meio dos casamentos entre parentes, formam uma família elementar que cresceu ocupando o espaço herdado. De sorte que os 70 moradores da comunidade são parentes⁹. Nas palavras de Balbino: “É uma irmandade quase só. Aqui é uma família só. O que tem diferente aqui, das famílias, que é particular é só eu mesmo. E tá com quarenta anos que eu tô aqui..”

11. Análise das variações linguísticas

Consideramos para fins de descrição e análise das variantes linguísticas o resultado das transcrições de 11 entrevistas:

Tabela 2 - Perfil de dados sociolinguísticos das comunidades (entrevistas)

Entrevistado (L2):	Idade	Data	Município	Comunidade Quilombola
Severino da Silva Guimarães		26/10/2007	Santa Rosa	Morro de São João
Ângela Santana de Serra Nunes		26/10/2007	Santa Rosa	Morro de São João

⁹ COELHO, 2005.

Ariadine Cezar Nogueira	44 anos	15/2/2008	Brejinho de Nazaré	Malhadinha
Antonia Moreira	73 anos	15/2/2008	Brejinho de Nazaré	Malhadinha
Quirino Neto	21 anos	15/2/2008	Brejinho de Nazaré	Malhadinha
Adélia Araujo de Sousa	60 anos	15/2/2008	Brejinho de Nazaré	Malhadinha
Rosendo Dionísio Santana	71 anos	29/2/2008	Brejinho de Nazaré	Córrego Fundo
José Lopes Sampaio	62 anos	29/2/2008	Brejinho de Nazaré	Córrego Fundo
Nágila dos Santos Sampaio	13 anos	29/2/2008	Brejinho de Nazaré	Córrego Fundo
Balduino	65 anos	18/3/2009	Natividade	Redenção
Rosalina Francisco Machado	52 anos	23/6/2009	Arraias	Lagoa da Pedra

Os dados analisados, aqui, não representam o trabalho completo de análise, mas apenas um estudo preliminar do *corpus* identificado nas transcrições. A seguir, os resultados preliminares da análise morfossintática e fonológica das variantes linguísticas:

12. Aspectos morfossintáticos

Em qualquer comunidade de fala, podemos verificar a convivência entrelaçada de um conjunto de variedades linguísticas. Essa mescla não se dá no vazio, mas no contexto das estruturas sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada grupo.

Como nosso foco de análise é a variante popular, apresentamos, aqui, algumas características morfossintáticas que nos parecem pertinentes neste primeiro momento de análise, tendo em vista o *corpus* analisado e o perfil dos entrevistados. Os dados analisados consideram como arcabouço teórico-metodológico as discussões de Preti (1997, p. 32):

- *Economia nas marcas de gênero, número e pessoa:*

- a. L2: ‘eles **achava**Ø que são João de morro seria melhor’
- b. L2: ‘é a tendência **nois resgatar**Ø aquilo que era nosso’
- c. L2: ‘**nois já fomo**Ø lá no... no’
- d. L2: tenho ... aquele da camisa vermelha lá meu filho () eu tenho **5 filho**Ø **home e 2 muié**.

- *Uso intenso da expressão de tratamento ‘a gente’, em lugar de ‘eu’ e ‘nós’:*

- a. L2: ‘há muitos ano **a gente** vem comemorano’
- b. L2: ‘**a gente** até estudou mas **a gente vai**’
- c. L2: ‘que **a gente** tá querendo conseguir alguma coisa pra qui’

- *Simplificação gramatical da frase, emprego de “bordões” do tipo “então”, “ai” - Uso de marcadores conversacionais:*

- a. L2: se tivesse escola aqui .. **né?** tivesse possibilidade de ter era bom .. mas como num:...
- b. L2: é:. porque:.. a partir quinta série é diferente já tem mais professor **né**... tem mais matéria ... **então** a gente tem mais dificuldade **né** ... tem o inglês aqui a gente aqui na fazenda num/ difícil ... num vê ... e lá ().

- *Emprego dos pronomes pessoais retos como objetos:*

- a. L2: eu não sei... porque tem um corgo aí... **aí eu achei eles chamano ele** de corgo fundo.

13. Aspectos fonológicos

Estudamos que os sons não se realizam sempre da mesma maneira. Dependem do contexto em que acontecem, já que os sons podem sofrer alterações. Em alguns casos, tais modificações favorecem para que os sons se tornem mais parecidos com os mais próximos. Em outros casos, podem se modificar a ponto de os sons se tornarem mais diferentes de um ou mais sons próximos sintagmaticamente. Dependendo do contexto prosódico, podem também adquirir características diferentes. A seguir, a descrição e análise dos processos fonológicos identificados no *corpus*.

- *Yeísmo*

Consideramos yeísmo a perda de oposição entre dois fonemas / η / > / i /. É um fenômeno comum na língua espanhola: o *ll*, *equivalente ao grafema lh* do português, é pronunciado como o *y*. Por exemplo, dizer *caye* em vez de *calle*. Este fenômeno também é chamado de assimilação, o qual estudaremos de forma detalhada no próximo item.

- a. L2: ‘mas os **veios** daqui os povos... aqui que não aceita’
- b. L2: não ... pra nós aprender fazer doce ... **trabaiá** (...)
- c. L2: é justamente mudano muito por que ai é:. as pessoas vão criano... ai os fio vão saino () tem vez que fica só o casal... igual ta aquela casa bem ali... que é um cunhado meu... os **fii** dele/ [L1: seu Rosendo?] é o Roseno... que é cunhado meu.. então só ta ele na casa mas () os fio tudo já ()
- d. L3: **trabaia**::... () a minha **mui**er mermo **trabaia** com algodão:..

- *Assimilação*

Conforme Callou e Leite (2001), no processo de mudanças de traços, a assimilação é responsável por um grande número de alterações fônicas. O processo de assimilação, que

desempenha um papel fundamental no processo de evolução das línguas, pode ser reconhecido com um dos responsáveis pelo grande número de alterações fônicas. A assimilação é um processo comum em que ocorre uma ação assimilatória, uma modificação de um fonema em virtude de uma aproximação com outro fonema vizinho, desde que entre esses dois fonemas em contato haja traços articulatórios comuns.

- ✓ Vocálica – acontece quando o fonema que se assimila é um som vocálico.

a. L2: tinha o nome malhadinha não tinha o nome de colombola não era remanecente

- ✓ Consonantal – acontece quando o fonema que se assimila é uma consoante.

a. L2: ‘porque a gente tava quereno que voltasse’ / n / > / d /

b. L2: ‘ai depois minha irmã casou veio morar aqui ai depois eu vim tamem casei’ / m / > / b /

c. L2: () arrumano a casa... panhano lenha né Antonia... puxano uns matim... cozinhamo... varreno terrero... serviço de casa mermo. / n / > / d /

d. L2: primeiramente minha vida aqui eu vivi aqui junto com minha mãe... ai eu nasci aqui em 45... eu nasci aqui e me criei nessa fazenda aqui e continuei trabalhando aqui junto com minha mãe... depois ta cum... em 86 minha mãe faleceu...() arroiz... prantano milho:. prantando mandioca... banana () coisa aqui da roça nós vem prantano nós produzino pra mim manter minha família. / n / > / d /

▪ *Dissimilação*

Aqui temos uma explicação que é oposta ao processo da assimilação. Há, neste caso, uma necessidade de se desfazer a identidade dos sons. Acontece a dissimilação quando um som adquire peculiaridades distintas dos sons que o rodeiam. É bem menos frequente do que a assimilação.

a. L2: enton aí com a essa mudança do Estado aí a gente tem estrada tem transporte tem boas escola escola de colidade saúde...

b. L3: pa vender () faz hortaliça () agora o qui nós planta dentro da roça o arroiz... milho... feijão... e arroiz pelo menos nois num vende e o milho tombém não () agora a farinha nois vendemos... quando nois temos nois vendemos...

▪ *Harmonização vocálica*

Esse fenômeno é muito comum em muitas línguas. Acontece quando em um determinado contexto as vogais concordam com relação a um ou mais traços, apresentando

características parecidas. É um caso típico de assimilação vocálica do português, em que uma vogal média pretônica [e] cede espaço á correspondente vogal alta tônica [i].

- a. L2: ‘já estivi em Brasilia já estivi em Porto Velho éh Palmas qualquer evento’
- b. L2: ‘ele achou por bem convidar minininho’
- c. L2: (...) é porque as otras_fruta o piqui quase não teve né?
- d. L3: aqui era o que? olha aqui de primero em meu conhecimento () eu não sou daqui mermo () eu cunhici os morador véi daqui () não tinha estatura pra nada () a gordura que eu comia aqui a gordura era do babaçu () quando aducia uma pessoa era levava daqui pra natividade as vez na rede porque não tinha outra maneira... não tinha carro não tinha estrada aqui pra nada.

▪ *Monotongação*

É o processo de enfraquecimento que acontece com as vogais finais de palavras ou semivogais. Isto quer dizer que a perda da vogal final ou os ditongos reduzem-se a uma única vogal, formando o que chamamos de monotongação.

No caso desse fenômeno, é importante mencionar que, diferentemente da monotongação de [o□□] que acontece em todos os contextos, a de [e□□], conforme Bagno (2000), ocorre, apenas, antecedida de [□, ʃ, □].

Isso quer dizer que essas consoantes têm os mesmos pontos de articulações da semivogal. Podemos identificar esse fenômeno nos exemplos a seguir.

- a. L2: tem um poco ... na matéria de português né? () mais dificuldade.
- b. L2: eu gosto () se achar uma faxina ainda faço... ainda ia hoje fazer a faxina não fui vou segunda fera () pra puder render o dinhero né ... só um salário.... falta... ()
- c. L2: não... () ele morava aqui perto numa fazenda ali por nome cajuro () é ali do otro lado () de lá desse cajuero mudô aqui pro corgo Fundo.
- d. L3: olha bão foi melhor o trabalho porque a gente plantou o primero ano ai veio o negocio de uma tal de mosca branca () era pra prantar mandioca.. quando a mandioca já tava grandona () a mandioca morreu... começava de cima pra baxo..ai os técnico da Ruraltins falou que era uma mosca branca né?

▪ *Rotacismo*

As consoantes /l/ e /r/ são muito próximas do ponto de vista articulatório. Em certos contextos, sobretudo no uso da variante não padrão, considerando a visão da sociolinguística, elas podem sofrer permuta. Isso quer dizer que o fonema /l/, quando funciona como segunda consoante prevocálica nos encontros consonantais, no português não-culto, sofre o processo que denominamos de rotacismo (l => r).

- a. L2: é:: garrancho pra quemar a terra da roça... aí pegava a tanto de garrancho e tacava fogo pra pudê quemar a terra pra puder prantar ... pra limpá pra pudê prantar a terra.

- b. L2: eu trabaio ni roça vou na rua e vorto ()
- c. L3: tem... depois que reza o terço tem o café... ai tem dança:... e é boa:... graças a Deus nunca teve briga:... nunca teve pobrema niium ()
- d. L2: pega o argudão:. fia ele na roca:... depois discoroça:. infia ele na roca:... depois faz os novelim e leva pra tiar:..

▪ *Juntura vocabular*

Segundo Cagliari (2001, p. 68), a estrutura fônica de palavras pode sofrer alterações quando juntamos uma palavra com outra em frases ou até mesmo quando juntamos ou separamos as sílabas de uma única palavra.

- a. L2: não ... não senhora:... () desde quando eu me intindi por gente era Santa Rosa:... que quando minha mãe festejava na frente essa casinha aqui... era Santa Rita... era dia 22 de maio que ela festeja... ai depois minha mãe faleceu ai uma fia dela pegô e ficô rezano esse terço didia... então acho que o mais padrueru mais certo primero foi a Santa Rica.
'de dia' → de-dia → [dedia] → [didia]
- b. L2: agora depois da Santa Rita foi seno feito o festejo () fica assim cumu:... ai um ano um pega o festejo ai não fulado caiu no surteio esse ano a festa caiu **prum** otro fulano... outro morador... lá otra hora já passa pra () perto da cidade..
'prum' → [para-um-outro] → [pØrØumØ] → [prũ]

O que propomos aqui é apenas o resultado parcial de uma investigação preliminar e que tem como temática maior estudar os aspectos sociolinguísticos das comunidades remanescentes de quilombolas do estado do Tocantins. Salienta-se, portanto que os dados, aqui, analisados não representam um trabalho completo do *corpus* linguístico coletado.

14. Considerações finais

As lutas das terras de quilombos associadas às lutas dos movimentos negros urbanos pressionaram o trabalho da Constituinte de 1988 e garantiu o Artigo 68, positivando um passado de lutas que retorna para que esses grupos possam encontrar um lugar novo na sociedade. Isso se tornou possível por meio da materialização de sua história e cultura vinculadas ao território. O território é a prova.

Não há um desenvolvimento linear dos quilombos no passado e no presente, nem suas conformações obedeceram às regras únicas e válidas para todos os lugares. As concepções unidimensionais sobre os quilombos não deixam espaço para que se perceba que os negros, homens e mulheres, submetidos à escravidão tiveram atitudes originais em

diferentes momentos e espaços da luta contra o escravismo e pós-abolição. Tudo isso demonstra que a classificação de comunidade como quilombola não se baseia em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende, antes de tudo, de como aquele grupo se compreende e se define.

A sociolinguística variacionista, foco também desta análise, tem como objeto de estudo os padrões de comportamentos linguísticos observáveis dentro de uma comunidade de fala. A partir dessa observação formalizam-se esses comportamentos analiticamente por meio de um sistema heterogêneo, composto por unidades e regras variáveis. É esse enfoque que apresentaremos nesta pesquisa. Entendemos que a descrição do *corpus* realizado é um estudo preliminar da variante utilizada pelas comunidades, ou seja, a variante popular.

Neste primeiro momento, realizamos um esboço prévio da modalidade oral coloquial, aspectos morfossintáticos e fonológicos, resultado de 11 (onze) entrevistas descritas. Nossa intenção é darmos continuidade ao trabalho para que seja possível compreender, com mais precisão, os aspectos linguísticos focados na sociolinguística variacionista das comunidades remanescentes de quilombolas do estado do Tocantins.

Referências Bibliográficas

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna. C. *Introdução à linguística*. v. 1. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e História do processo de formação quilombola*. Florianópolis: EDUSC. 2005.

BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos e sus fronteras*. México:Fondo de Cultura Económica, 1976.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L. e PETTER, M. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CONSTITUIÇÃO DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 12 de jun. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico: dado populacional do Estado do Tocantins. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 de junho de 2009.

WEINREICH, Uriel; LABOV, Willian; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*. v. IV, p. 333-354, 2000.

LOPES, Helena (*et al*). *Negro e cultura negra no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia (org). *Português brasileiro*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2003. p. 272-283.

MUNANGA, Kabenguele. *Origem e histórico do quilombo na África*. *Revista da USP*. v. 28. 1995/6.

NARO, Anthony; SCHERRE, Marta. *Sobre as origens do português popular do Brasil*. *D.E.L.T.A.*, v. 9, n. Especial, p. 437-454, 1993.

OLIVEIRA, Cleiton. *Tocantins: saga e história*. Goiânia: Kelps, 2008.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis da fala*. São Paulo: EDUSP, 1997.

RODRIGUES. Tropas de negros na guerra do Paraguai. In: PIRES, António Liberac (org.) *Sociabilidades negras: comunidades remanescentes, escravidão e cultura*. Belo Horizonte: Gráfica Daliana, 2006.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.